

MBL entra com ação contra aumento de cadeiras e salários de vereadores em SCS

Bruno Coelho

Integrantes do MBL (Movimento Brasil Livre) entraram com ação na 6ª Vara Cível de São Caetano contra a Câmara Municipal, por aprovar em fevereiro o aumento do número de vereadores de 19 para 21, além de ampliar os vencimentos dos próprios parlamentares em 44,69% e garantir férias remuneradas e o 13º salário, a partir de 2025. A representação pede tutela antecipada de urgência, a fim de anular as medidas até o fim do trâmite processual.

A ação popular foi impetrada pelo deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil) e pelo coordenador do MBL em São Caetano, Pedro Umbelino. Na redação, o movimento alegou que a majoração dos ganhos dos vereadores está acima do índice inflacionário e não respeita as regras financeiras e orçamentárias da Casa. Na representação, a denúncia citou que os novos valores podem estourar os 70% de teto estabelecido pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) para as câmaras municipais com gastos em folha de pagamento.

Segundo descrito na ação, a Câmara de São Caetano já gasta R\$ 6,1 milhões com servidores inativos e R\$ 37 milhões com os ativos, totalizando R\$ 43,8 milhões em despesas com o pessoal. “Se em 2023 – ano este em que ainda temos 19 vereadores, que recebem ‘apenas’ R\$ 10.027,17 de salário, sem 13º (salário) e sem férias remuneradas acrescidas de um terço – a Câmara já gasta quase 65% do seu orçamento com seu pessoal, quanto ela gastará com um aumento gigantesco dos salários, subsídios e vereadores em 2025?”, questionaram os autores da representação.

Atualmente, os 19 vereadores em São Caetano têm subsídio mensal de R\$ 10.021,17, que faz com que o Legislativo gaste quase R\$ 2,3 milhões por ano. A partir da legislatura de 2025-2028, o contribuinte pode preparar o bolso, visto que o dinheiro público na cidade bancará mais de R\$ 4 milhões anuais com os vencimentos dos 21 parlamentares, mais férias e 13º salário. “Entramos com uma ação popular na esfera civil, porque a gente entendeu que há um ato lesivo aos cofres público”, afirmou Umbelino.

Quase R\$ 2,8 milhões por gabinete

De apenas 15 quilômetros quadrados em território – terceiro menor município do Brasil –, São Caetano está entre as cidades que mais se gasta com vereador e funcionários, conforme dados do TCE-SP (Tribunal de Contas Estado de São Paulo). Entre setembro de 2021 e agosto de 2022, o Parlamento despendeu quase R\$ 2,8 milhões por gabinete, segundo a corte, conforme noticiou o **RD**.

Na ocasião, os vereadores alegaram que a proposta para o aumento de vagas no Parlamento se justificou por São Caetano atingir 162,7 mil habitantes, conforme estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo o artigo 29 da Constituição Federal, os parlamentares de cidades com população entre 150 mil e 300 mil moradores podem ter salários equivalentes até 50% dos deputados estaduais, porém, atingir tal teto não é obrigatório pela legislação.

Em dezembro, os deputados estaduais aprovaram os reajustes aos próprios salários, passando de R\$ 25.322,25 para R\$ 29.469,99 desde 1º de janeiro de 2023. A mesma proposta estabeleceu que neste sábado, 1º de abril, os vencimentos passem para R\$ 31.238,19. Já em 1º de fevereiro de 2024, o subsídio passará para R\$ 33.006,39 e, em 1º de fevereiro de 2025, será fixado em R\$ 34.774,64.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3239719/mbi-entra-com-acao-contra-aumento-de-cadeiras-e-salarios-de-veredores-em-scs/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Política